

Grupo dos Sete examinará redução

BRASÍLIA — No próximo dia 14 de julho, quando a revolução francesa comemora 200 anos, o Grupo dos Sete (Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão, Canadá, Alemanha e Itália) terá uma reunião de cúpula. Esse encontro, já chamado de "reunião da queda da Bastilha", está cercado de expectativas dos países devedores da América Latina, que esperam uma declaração de intenção política de colocar em prática mecanismos para redução dos encargos da dívida externa.

Os devedores, especialmente os que integram o Grupo dos 8 vão contar com um importante porta-voz junto aos países industrializados. Na véspera do aniversário do 14 de julho, o Presidente da França, François Mitterrand, encontra-se com os Presidentes do Brasil, José Sarney, da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, e do México, Carlos Salinas. Os três Presidentes vão levar ao colega francês documento elaborado na reunião do Grupo dos 8, realizada em 17 de junho em Caracas.

Segundo fontes dos Governos do Brasil e da Venezuela, os Presidentes vão insistir em três pontos considerados fundamentais: o desenvolvimento do Plano Brady, mais recursos para operações de redução da dívida e mudanças nas legislação

fiscal dos países industrializados, para que os bancos comerciais sejam atraídos para procedimentos que diminuam o serviço da dívida.

O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Reynaldo Figueiredo, afirma que é importante que, na véspera da reunião de cúpula dos sete países industrializados, durante encontro com Mitterrand, os Presidentes latinos reforcem uma posição conjunta com relação ao tratamento da dívida externa. Na sua avaliação, a estratégia que vem sendo desenvolvida, com a proliferação do tratamento bilateral nos acordos da dívida, não tem se revelado eficaz.

Essa posição não é a do Governo brasileiro. A equipe do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, é adepta do pragmatismo e rechaça a criação de uma plataforma comum de negociação da dívida externa.

Uma profunda mudança nas condições atuais exigidas pelo Bird e o FMI também é fundamental, argumenta o Ministro do Planejamento da Venezuela, Miguel Rodriguez. O ajuste exigido por esses organismos multilaterais é considerado inadequado à crise econômica da América Latina e responsável pelas baixas taxas de crescimento ao longo da década de 80.